

Supersalários custam por ano R\$3,9 bi aos cofres públicos

# Supersalários custam R\$ 3,9 bi por ano

— Estudo do Centro de Liderança Pública mostra que 25,3 mil servidores tiveram em 2022 ganho acima do teto do funcionalismo; valor supera o orçamento da área de meio ambiente

BIANCA LIMA  
BRASÍLIA

A casta de servidores públicos que ganham acima do teto do funcionalismo – atualmente, de R\$ 41,6 mil mensais – custa R\$ 3,9 bilhões por ano aos cofres da União, Estados e municípios. No ano passado, 25,3 mil pessoas faziam parte desse grupo seleto, o que representa 0,23% dos servidores estatutários, aqueles que foram aprovados em concurso e têm estabilidade no cargo.

Apesar do reduzido contingente se comparado ao total de empregados no setor público, seu impacto nos orçamentos é relevante. A cifra bilionária –

que considera os dados de 2022, quando o teto era de R\$ 39,3 mil – supera, por exemplo, a verba prevista neste ano para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que soma R\$ 3,5 bilhões. A maior parte do gasto está concentrada nos Estados (R\$ 2,54 bilhões, cerca de 60%). Na sequência, vêm a União (R\$ 900 milhões) e, por fim, os municípios (R\$ 440 milhões).

Os números foram compilados pelo Centro de Liderança Pública (entidade voltada à capacitação de novos gestores públicos), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) de 2022, do IBGE. O CLP ressalva que parte dos valores extra-te-

to são referentes a indenizações legítimas, mas aponta que, mesmo excluindo esses montantes, o impacto anual superaria os R\$ 3 bilhões.

**Sem avanço**  
**Projeto que regula os supersalários está há dois anos parado no Senado à espera de um relator**

O valor máximo recebido por um servidor em 2022 foi de R\$ 302,2 mil mensais – cifra quase oitovezes o tetovigente à época e 54 vezes o salário médio de um funcionário público no País, que no ano passado somava R\$ 5,6 mil.

“Isso mostra o quanto o Estado brasileiro ainda tem de gordura do ponto de vista de despesa e a importância de uma reforma administrativa”, afirma Tadeu Barros, presidente do CLP. “Sabemos que é impossível discutir duas reformas ao mesmo tempo e que o foco, agora, é a tributária, mas gostaríamos que o assunto estivesse na agenda e voltasse ao radar.”

Em 2021, a Câmara aprovou um projeto que tem o objetivo de combater os supersalários de agentes públicos, ao limitar o pagamento de auxílios que hoje driblam o teto constitucional. O texto, porém, está há dois anos parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do

Senado, à espera de um relator.

“Se a matéria tivesse sido aprovada logo na sequência, quase R\$ 8 bilhões poderiam ter sido economizados nesse período”, diz Barros, que lembra que o governo está em busca de verbas para zerrar o rombo das contas públicas no ano que vem. Desde o início do governo Lula, a equipe econômica tem indicado que as prioridades neste ano seriam a definição de um novo arcabouço fiscal e a aprovação de uma reforma tributária, praticamente descartando a possibilidade de discutir também uma reforma administrativa. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1